SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA
ESTADO DE SÃO PAULO
FUNDADO EM 09/07/74

SIPESP
O JORNAL

Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo

MARÇO/2020 ANO XVI ED.114

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Após muitas reuniões, protestos e debates, PEC muda o panorama sobre o futuro do servidor público paulista.

Pág.4-5

SIPESP.ORG.BR

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente
JOAO BATISTA REBOUÇAS DA SILVA NETO

Vice-Presidente
MANUEL BORGES DE MIRANDA

Secretário Geral
PAULO AUGUSTO RIBEIRO MORATO ERICA

Secretário Geral Adjunto
VITOR PELLITO

Dir. Financeiro
VLADIMIR DINA CONVENTO

Dir. Financeiro Adjunto
APARECIDA REGINA LOUREIRO

Dir. Jurídico
MARIA HELENA TORRES

Dir. Jurídico Adjunto
JOÃO CARLOS PAVÃO DE PAIVA

Dir. de Patrimônio
MARCO ANTONIO CECOTI DOS SANTOS

Dir. de Patrimônio Adjunto
VILMA APARECIDA ROSA

Dir. Social
JOSÉ MÁRIO EVANGELISTA

Dir. Social Adjunto
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura
ALCYR SOUZA REIS JUNIOR

Dir. de Esportes, Lazer e Cultura Adjunto
ROGÉRIO MIRANDA

Dir. de Relações Públicas e Sindicais
JOSÉ ELÍSIO DE SANT'ANNA

Dir. de Relações Públicas e Sind. Adjunto
AGNALDO LUZIA

Dir. do Interior
MAURICIO ROBERTO DO AMARAL

Dir. do Interior Adjunto
REINALDO FARIAS DE ASSIS

Dir. de Aposentados e Pensionistas
CECÍLIO FERREIRA VILELA

Dir. de Aposentados e Pensionistas Adjunto
NELSON DE SOUZA

CONSELHO FISCAL
Membros Efetivos

Presidente
LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA

1º Vice Presidente
PAULO SERGIO KOTZENT

2º Vice Presidente
SALVADOR JOSÉ VIEIRA

Secretário
ROSALVO FRANCISCO MACHADO DOS SANTOS

1º Secretário Adjunto
CARLOS LUIZ BEZERRA

Membros Suplentes
Presidente
JORACI DE CAMPOS

1º Vice Presidente
JOAO SAMPAIO LOPES

2º Vice Presidente
PAULO DINIZ ALMEIDA LEITE

Secretário
EDUARDO PINTO FEIJÓ

1º Secretário Adjunto
LUIZ FERNANDO BRASILIENSE

Jornalista responsável: Nelson Ciolli - Mtb: 12.511
Redação e imprensa: Jessamy Kisberi - Mtb: 62.778/SP

JORNAL DO SIPESP
Circulação bimestral
Tiragem: 1.200 exemplares

UMA POLÍCIA UNIDA É UMA POLÍCIA SEM MEDO

A luta não finda.

A desvalorização segue ainda mais forte que em qualquer outro ano ou gestão. A Polícia Civil, ao lado de mais servidores prejudicados pela Reforma da Previdência Estadual, proposta pelo Governo João Doria é uma parcela grande afetada pela má gestão.

Após a divulgação, em outubro de 2019, dos 5% de reajuste salarial - encobertos por um pacote de benefícios para os agentes de segurança pública do estado e que causou insatisfação da PCSP (confira na página 7) - a quantidade de surpresas negativas só aumentou.

A Assembleia Legislativa do Estado de São paulo (ALESP) foi palco de uma cena lamentável vivida pelos servidores estaduais, vindos de todos os cantos de São Paulo, que protestaram contra a reforma - que eleva a idade mínima da aposentadoria no estado de São Paulo, mudando a forma de cálculo, aumentando a contribuição previdenciária de 11% para 14%, limitando o acúmulo de benefícios e modificando as regras de pensão por morte. Eles foram recebidos pela Casa do Povo a balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio, perpetuando a realidade que é enfrentar as agruras desse Governo. Veja mais nas páginas 4 e 5.

O Sindicato é a maior arma para combatermos as decisões à revelia dos representantes eleitos. Estamos atuando firmemente para que não sejamos postos de lado com relação aos nossos direitos. Nos arriscamos todos os dias para garantir a segurança da população. Temos que comparecer quando somos convocados a nos unir, mantendo quaisquer diferenças de lado para ser efetiva a busca por objetivos em prol de mais de 25 mil policiais.

A categoria, com essa enxurrada de golpes, precisa entender a realidade e assimilar que estar cada um por si não é uma saída. Não é relevante. Precisamos erguer nossos braços juntos se quisermos ser vistos e lembrados.

Estamos sendo marginalizados, muitas vezes, pelos próprios policiais. E os argumentos? Se atém a criticarem as ações do SIPESP e de outras entidades classistas pelas redes sociais. Te convocamos: venha para o nosso lado. Venha às reuniões e encontros com as autoridades. Venha fazer diferença real para a nossa polícia.

Mais do que nunca é hora de se unir a nós. Uma polícia unida é uma polícia sem medo.

Grande abraço,
João Batista Rebouças da Silva Neto
Presidente do SIPESP

BENEFÍCIOS DO SIPESP GARANTEM QUALIDADE DE VIDA AO POLICIAL CIVIL

Desde gratuidade no atendimento odontológico a descontos exclusivos em compras e viagens, o Sindicato oferece as melhores alternativas para os associados, disponíveis no site da entidade

DESCONTOS EM ESCOLAS E UNIVERSIDADES

No rol de serviços oferecidos pelo convênio, associados do SIPESP e seus dependentes têm acesso a descontos exclusivos, de 5% a 50%, em escolas, universidades, pós-graduação, cursos técnicos e de idiomas.

Confira algumas instituições que disponibilizam um desconto especial para você:
FMU - Desconto 10% Graduação | 20% Pós-Graduação;
COLÉGIO DOM BOSCO - Descontos de 50% sobre o valor da matrícula e 15% sobre parcelas mensais nos cursos de educação infantil, ensino fundamental I, fundamental II e médio;
FACULDADE JARDINS - Com 20% de desconto no Curso de Pós Graduação Lato Sensu EAD e 10% nos Cursos de Graduação e Pós Graduação Lato Sensu Presenciais.

Esses são apenas alguns exemplos dos benefícios em se associar ao SIPESP. Quer ver mais? Acesse www.sipesp.org.br e conheça todas as instituições de ensino parceiras do Sindicato.

Ficou alguma dúvida? Ligue para a secretaria do SIPESP: (11) 3226-8308. Teremos prazer em ajudar a escolher a melhor opção. Aproveite!

PLANO DE SAÚDE, FARMÁCIA E MÉDICOS

A saúde é uma das grandes preocupações de todos, dada a realidade enfrentada pela população e, mais recentemente, pelos servidores públicos em face do precário atendimento realizado pelo IAMSPE. Agora o SIPESP proporciona planos de saúde coletivos por adesão que atendem associados de todo o Estado. Os planos individuais ou familiares podem ser adquiridos por valores à partir de R$ 105!

Além disso, convênio com farmácias e laboratórios, e atendimento em oftalmologia, odontologia, psicologia, endocrinologia e angiologia estão garantidos pelo SIPESP ao associado e seus familiares.

COLÔNIAS, HOTEIS E VIAGENS

Em São Paulo, são mais de seis hoteis disponíveis para os associados se hospedarem. Em lazer, há descontos no Wet n'Wild, Hopi Hari, Parque da Mônica, clubes de férias, entre outros.

Confira também as colônias de férias do SIPESP na Praia Grande e em Promissão (veja na última página), que oferecem estadias a partir de R$60.

ASSESSORIA JURÍDICA GRATUITA

O departamento jurídico do SIPESP passou por uma considerável reformulação para melhor atender aos seus associados. Hoje, os associados e seus dependentes, contam diariamente com o atendimento de advogados competentes, que o orientará em todas as áreas do direito, assim como estão aptos a representá-los em processos administrativos, cíveis, criminais e trabalhistas. Às segundas e quartas-feiras, o atendimento é realizado nas áreas cível (cobranças, despejos, indenizações, e outros); de família (alimentos, divórcios, separações judiciais, inventários, guardas e outros); criminal (todos os casos, independentemente de estar no exercício da função).

Já as terças e quintas-feiras, o atendimento é realizado na área administrativa, de modo que são atendidos todas as Sindicâncias e procedimentos administrativos.

O atendimento será realizado de segunda e quarta-feira, das 9h às 17h, e de terça e quinta-feira, das 9h às 12h.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: A BOMBA-RELÓGIO DA POLÍCIA

A PEC 18/2019 foi aprovada e retirada de direitos é uma realidade; desde o início de dezembro, a reforma da previdência dos servidores do estado é alvo de críticas.

> *Chamei de bando de vagabundo, sim. É um bando de vagabundo mesmo." - Deputado Arthur do Val, sobre os servidores públicos.*

E assim foi dado início ao debate em torno da PEC da Reforma da Previdência n.18/2019 e que para os servidores do estado de São Paulo se transformou em uma briga entre deputados.

O deputado Arthur do Val (atualmente sem partido) falava ao microfone quando deputados da bancada do PT (Partido dos Trabalhadores), do PSOL e outros parlamentares subiram à tribuna. Arthur do Val — mais conhecido como 'Mamãe Falei' — já havia sido advertido pelo presidente da Casa, deputado Cauê Macris (PSDB), por chamar os servidores que estavam na galeria do plenário de "bando de vagabundo" e '"chamar para a briga" alguns dos presentes. A sessão, que precisou ser suspensa, teve empurra-empurra e ameaça de socos e alguns deputados tiveram que ser contidos.

"Chamei de bando de vagabundo, sim. É um bando de vagabundo mesmo. Não todos os servidores, só aqueles que estão aqui aplaudindo quem ofendeu a deputada Janaína", afirmou o deputado Arthur do Val.

O SIPESP reagiu à agressão. Em nota, o Sindicato afirmou que "o ofensivo ataque de Arthur do Val a todo o funcionalismo público do nosso Estado representa a real visão deste governo".

Mas a história não parou por aí.

Com a Reforma da Previdência correndo em forma de dois projetos - uma PEC (proposta de emenda à Constituição) e o PLC, em regime de urgência -, a PEC teve sua tramitação acelerada na Assembleia Legislativa, a pedido do estado, em dezembro, e gerou descontentamento entre os servidores e seus representantes.

No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ/SP), em voto do desembargador Alex Zilenovski, suspendeu provisoriamente a tramitação do tema na ALESP suspendendo as discussões e a votação da reforma. Ficou decidido então que o projeto deveria retornar a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR).

Cauê Macris, presidente da ALESP, recorreu ao Supremo, mas a questão seguiu suspensa até janeiro de 2020. Segundo o Focae-SP (Fórum das Carreiras de Estado), que reúne categorias representativas de categorias como magistrados e policiais civis, os textos com as propostas colocam em risco o direito adquirido dos servidores.

De acordo com Fernando Bartoletti, coordenador do Focae e vice-presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), "esse dispositivo da PEC estadual permite a alteração e até mesmo a supressão do direito adquirido, porque as alterações na legislação às quais ele se refere é o que consta no próprio PLC que virá na sequência."

Segundo o coordenador do Focae-SP, a insegurança em relação à interpretação do texto tem como consequência a disparada dos pedidos de aposentadoria e, logo, aumento dos gastos do Estado que, além de bancar os benefícios, terá de fazer novas contratações para repor o quadro de servidores.

Controvérsias

De acordo com o advogado Wilson Rangel, mesmo com a redação da PEC estadual, o direito adquirido não está ameaçado. "Mesmo que o texto possa ser interpretado de forma a suprir ou cessar o direito adquirido, o servidor terá caso ganho na Justiça", afirma. "Isso significa que com um Mandado de Segurança, qualquer pessoa tem o direito adquirido garantido pela súmula 359 do Supremo Tribunal Federal (STF)".

Rangel reforça que a súmula deve ser aplicada à legislação vigente à época em que o servidor completou os requisitos para a concessão de seu benefício.

A SPPrev (São Paulo Previdência), autarquia que faz a gestão das aposentadorias e pensões do funcionalismo público do estado, diz que os servidores que já preencheramos requisitos para se aposentar não sofrerão quaisquer mudanças no direito de aposentadoria advindas da aprovação de alterações nas regras previdenciárias atuais.

No entanto, a liminar do STF só foi derrubada na manhã do dia 18 de fevereiro de 2020. Por ser uma mudança na Constituição Estadual seriam necessárias duas votações.

Na primeira votação, a medida conseguiu os exatos 57 votos favoráveis necessários para a aprovação em 1º turno. O placar teve 31 votos contrários.

Ao todo, 88 dos 94 deputados estiveram presentes na sessão. Confira quem foi a favor e quem foi contra a Reforma:

A FAVOR

Sargento Neti	AVANTE	Adalberto Freitas	PSD
Daniel Soares	DEM	Douglas Garcia	PSL
Edmir Chedid	DEM	Janaina Paschoal	PSL
Estevam Galvão	DEM	Letícia Aguiar	PSL
Milton Leite Filho	DEM	Rodrigo Gambale	PSL
Paulo Correa Jr.	DEM	Tenente Coimbra	PSL
Rodrigo Moraes	DEM	Tenente Nascimento	PSL
Rogério Nogueira	DEM	Valeria Bolsonaro	PSL
Itamar Borges	MDB	Roque Barbiere	PTB
Jorge Caruso	MDB	Reinaldo Alguz	PV
Leo Oliveira	MDB	Alessandra Monteiro	REDE
Daniel José	NOVO	Altair Moraes	REPUBLICANO
Heni Ozi Cukier	NOVO	Gilmaci Santos	REPUBLICANO
Ricardo Mellão	NOVO	Jorge Wilson	REPUBLICANO
Sérgio Victor	NOVO	Sebastião Santos	REPUBLICANO
André do Prado	PL	Wellington Moura	REPUBLICANO
Delegada Graciela	PL	Alexandre Pereira	SOLIDARIEDADE
Dirceu Dalben	PL	Fernando Cury	CIDADANIA
Marcos Damásio	PL	Roberto Morais	CIDADANIA
Ricardo Madalena	PL	Analice Fernandes	PSDB
Thiago Auricchio	PL	Carla Morando	PSDB
Ataide Teruel	PODEMOS	Carlão Pignatari	PSDB
Márcio Farmácia	PODEMOS	Cauê Macris	PSDB
Del. Olim	PROGRESSISTA	Cezar	PSDB
Prof. Kenny	PROGRESSISTA	Dra. Damaris Moura	PSDB
Barros Munhoz	PSB	Marcos Zerbini	PSDB
Carlos Cezar	PSB	Maria Lúcia Amary	PSDB
Rafa Zimbaldi	PSB	Mauro Bragato	PSDB
Vinícius Camarinha	PSB	Arthur do Val	PATRIOTA
Alex de Madureira	PSD		

CONTRA

Leci Brandão	PC do B	Marcio Nakashima	PDT
Aprigio	PODEMOS	Adriana Borgo	PROS
Bruno Ganem	PODEMOS	Carlos Giannazi	PSOL
Conte Lopes	PROGRESSISTA	Erica Malunguinho	PSOL
Coronel Telhada	PROGRESSISTA	Isa Penna	PSOL
Caio França	PSB	Monica da bancada at.	PSOL
Ed Thomas	PSB	Beth Sahão	PT
Rafael Silva	PSB	Dr. Jorge do Carmo	PT
Roberto Engler	PSB	Emidio de Souza	PT
Ag. Federal Danilo Balas	PSL	Enio Tatto	PT
Castello Branco	PSL	José Américo	PT
Coronel Nishikawa	PSL	Luiz Fernando da Silva	PT
Delegado Bruno Lima	PSL	Márcia Lia	PT
Major Mecca	PSL	Paulo Fiorilo	PT
Campos Machado	PTB	Professora Bebel	PT
Edna Macedo	REPUBLICANO	Teonilio Barba	PT

As associações de servidores públicos reclamaram da falta de diálogo no processo. “Não fomos consultados sobre absolutamente nada. Tudo está sendo decidido às nossas costas, mesmos com todo o empenho que o SIPESP e todos os Sindicatos e associações de servidores, tem dedicado para não aprovar essa proposta absurda do Governo Doria", disse Rebouças .

No dia 19 de fevereiro, os deputados se reuniram novamente para votar a Reforma da Previdência do estado. No entanto, após novas brigas e troca de insultos entre os deputados, a sessão extraordinária foi adiada para o dia 3 de março, após o carnaval. Na base governista já existia uma divisão entre quem preferia votar antes e depois da folia.

Com isso, o SIPESP encaminhou em regime de urgência solicitação para os deputados envolvidos na votação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019.

> *"Tudo está sendo decidido nas nossas costas" - João Batista Rebouças da Silva Neto*

“Pedimos que eles analisassem o Projeto com muito cuidado, pois a aprovação disso se trata de uma mancha na história, não só dos policiais civis, como também de outros profissionais do nosso estado”, lembrou Rebouças.

Um levantamento do Sindicato apontou que os deputados que receberam o SIPESP durante a atuação na Alesp, durante todo o ano passado, votaram contra a Reforma. “Isso mostra que temos força”, disse Rebouças. “Precisamos da união de todas as entidades, de todos os policiais, mesmo os que sejam contrários ao Sindicato para que continuemos fazendo um trabalho forte e com o respaldo de toda a categoria”.

Um pós-festa indesejado

Após o carnaval, como prometido, os deputados aprovaram, por 59 votos a favor e 32 contra, a Reforma da Previdência, no dia 3 de março. A Reforma eleva a idade mínima da aposentadoria no estado de São Paulo, mudando a forma de cálculo, aumentando a contribuição previdenciária de **11% para até 16%**, de acordo com o salário de cada servidor e limitando o acúmulo de benefícios e modificando as regras de pensão por morte.

A votação foi tumultuada. Representantes de sindicatos, associações e servidores protestaram contra a Reforma. O quebra-quebra tomou os corredores da ALESP, além de bala de borracha e bombas de gás lacrimogênio na parte exterior da Casa. Rebouças criticou a ação em entrevista ao Agora. "É a Casa do povo. Não precisava dessa brutalidade". Mas nada impediu a aprovação.

A PEC segue agora para a Mesa da Assembleia promulgar e publicar. Não é necessária a sanção do governador. O projeto de reforma proposto pelo governador João Doria em novembro passado pretende economizar R$ 32 bilhões em 10 anos.

A partir de agora, o SIPESP estudará a aposentadoria caso a caso e, se necessário, buscar o judiciário para garantir eventual direito não concedido.

O REAJUSTE SALARIAL DA POLÍCIA PAULISTA

A necessidade de debater a importância de revisar os 5% de reajuste anunciado em 2019 foi levantado novamente pela categoria após o Governo de MG conceder mais de 41% de aumento aos policiais do Estado.

Com o voto contrário e críticas de dois dos três deputados estaduais que compõem a bancada de seu partido, o governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) conseguiu aprovar em primeiro turno, no dia 18 de fevereiro, projeto de lei que reajusta em 41,7%, escalonado até dezembro de 2022, o salário de policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e agentes socioambientais.

No Rio Grande do Norte, depois de uma paralisação de um dia, o governo do estado fechou acordo com policiais civis, com reajuste médio de 15%.

Aumento para outras categorias

Cerca de cinco horas após a aprovação do reajuste, a Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou emenda ao projeto, apresentada pela deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), que amplia o aumento de salários para outras categorias do funcionalismo público.

O aumento para os servidores da Assembleia Legislativa será de 4,58% em relação à folha de 2018 e de 2,97% no período de abril de 2019 a janeiro de 2020. O reajuste para o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) será de 2,76% tendo como base maio de 2018 e de 4,94% a partir de maio de 2019.

O SIPESP

O presidente do SIPESP João Batista Rebouças da Silva Neto lamentou que em São Paulo a realidade seja tão distante de Minas Gerais. “Enquanto o governo de São Paulo aprova o pacote de maldades (PEC reforma da previdência) para os policiais civis paulistas, o Estado de Minas Gerais concedeu aumento de 42% à sua polícia civil”, disse.

Pressão para governadores

Doria criticou a decisão do governador de Minas Gerais durante palestra para empresários mineiros.

"A meu ver, é uma decisão que precisa ser revista", disse. Para ele, conceder tal reajuste para policiais e servidores da segurança pública coloca os demais governadores sob pressão. "Ela não é boa para Minas Gerais. Minas não tem condição fiscal para isso. Não quero interferir nos termos de Minas, mas a minha percepção é que ela não é boa, que ela é inviável".

O aumento foi fortemente criticado porque o Estado está com as contas no vermelho. Mesmo assim, a Assembleia Legislativa aprovou o reajuste e ainda aproveitou para aumentar os salários de outras 13 categorias de servidores.

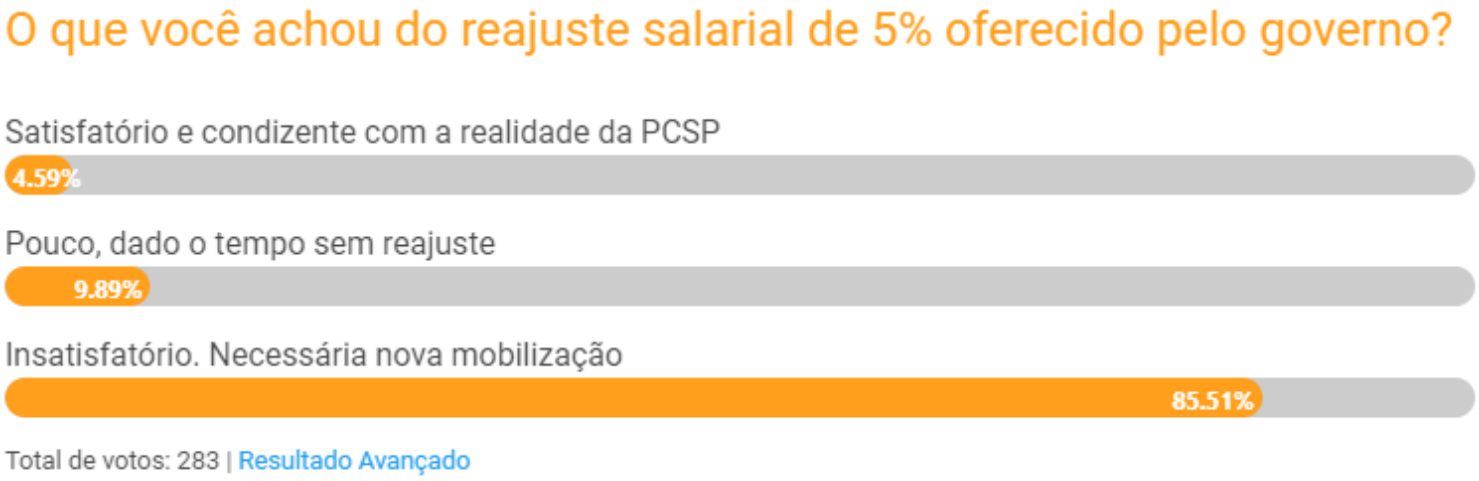
Doria reiterou que não quer interferir em questões de Minas, mas afirmou que conversou com deputados estaduais e federais do PSDB sobre o aumento de salários no Estado, reforçando que, se for sancionado por Zema, ele terá reflexos nos demais Estados.

"Não é uma medida que afeta apenas Minas Gerais, afeta o país. Somos 27 Estados e a medida de Minas, afeta o país. Somos 27 Estados e a medida de Minas Gerais, se adotada for, ela coloca sob pressão todos os demais governadores", disse Doria.

Para o governador paulista, a medida poderá criar, entre os agentes de segurança, um discurso de que, se Minas, com dificuldades financeiras, foi capaz de conceder o reajuste, outros Estados também teriam condições de oferecê-lo.

CATEGORIA PEDE NOVA MOBILIZAÇÃO

Em enquete, 85,51% dos policiais civis se colocam contra as migalhas dadas pelo Governo à PCSP



São eminentes as preocupações da Polícia Civil.

A fim de conhecer mais a fundo a opinião da categoria, o SIPESP promoveu uma enquete, que ficou disponível no site da entidade entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Intitulada *"O que você achou do reajuste salarial de 5% oferecido pelo governo?"*, o intuito da pesquisa era de mostrar ao governador João Doria a real consequência da desvalorização dentro da Polícia Civil de São Paulo e o posicionamento dos policiais civis com relação às últimas medidas tomadas por ele.

Com **283** votantes, foi revelado que a categoria segue insatisfeita e pede uma nova mobilização.

Histórico

Em 30 de outubro de 2019, o Governo de São Paulo deu 5% de reajuste salarial aos Policiais Civis e apresentou cinco pacotes de valorização: segundo Doria, os policiais receberão assistência jurídica gratuita, paga pelo Estado, não se aplicando a casos disciplinares, administrativos ou de corrupção; bonificação por resultados que passa a ser bimestral, seis vezes ao ano (antes eram quatro bonificações) ; auxílio - alimentação de todos os policiais será equiparado ao maior valor disponível, R$ 796 de acordo com a jornada e o reconhecimento a todos os policiais o direito de adicional de periculosidade.

Na ocasião, houve uma paralisação que reuniu mais de 1.500 representantes da segurança pública no Centro de São Paulo.

Para o presidente do SIPESP, o pacote de valorização não passa de camuflagem para acobertar o baixo reajuste oferecido pelo governo. "O aumento deveria ter sido de, no mínimo, 45% para tentar compensar os seis anos em que ficamos sem qualquer reajuste", disse.

No momento, o SIPESP, com seu poder como Sindicato, está atuando ativamente para haja mudanças que sejam positivas para a categoria, que está há anos em busca de mais valorização. Caso contrário, a paralisação é uma possibilidade real.

Presidente do SIPESP participa do programa Decisões e Argumentos

Rebouças e a presidente do Sindpesp, Raquel Kobashi falaram sobre os problemas da Polícia Civil

Fonte: TV Câmara

Os problemas relacionados à estrutura e valorização da Polícia Civil continuam gerando vigorosos debates entre representantes da categoria. O presidente do SIPESP, João Batista Rebouças da Silva Neto, esteve no programa Decisões e Argumentos, apresentado pelo Vereador Reis (PT) e televisionado pela TV Câmara. Também participou a presidente do SINDPESP, Raquel Kobashi.

Entre os temas de debate, Rebouças falou sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) 79/2019, que versa sobre o aumento salarial de 5%, apresentado pelo governador João Doria no último dia 30 de outubro e que gerou uma série de críticas de toda a categoria, além do preocupante déficit que atinge todas as carreiras da PCSP. O vídeo completo está disponível no **Youtube** do Sindicato.

PROMISSÃO: O MELHOR DA VIDA DO INTERIOR

A melhor definição de conforto é a Colônia de Férias do SIPESP em Promissão, cidade localizada há cerca de 450 quilômetros de São Paulo e que reserva uma série de surpresas para os associados e familiares.

A Colônia do Sindicato conta com quatro quartos – cada um com uma cama de casal e uma beliche-, além de uma estrutura completa de lazer que garante a melhor experiência para os sócios. Entre os benefícios da hospedagem em Promissão, estão o novo forno de pizza e forno à lenha, além de piscina e playground para as crianças.

Os caseiros Luiz Carlos e a esposa Célia, além de todo o trabalho que fazem para cuidar das dependências, também cuidam com extrema dedicação do ótimo pomar do rancho. Tudo é *orgânico* e conta com muita variedade: mandioca, chuchu, quiabo, maxixe, cebolinha, batata doce, entre outros, bem como frutas em geral (algumas já produzindo) como manga e pinha. "E o melhor: os associados podem consumir os frutos do pomar!", afirma o diretor João Carlos de Paiva. "Por estar cercado pelo Rio Tietê, que é totalmente limpo nesse trecho, é possível a prática de pescaria sem sair do rancho do SIPESP". É uma oportunidade única para relaxar com a família!

Turismo promissense

Para quem deseja explorar, a cidade conta com um contexto histórico muito forte: é o berço de uma das primeiras colonizações japonesas no Brasil. Shuhei Uetsuka, considerado o pai dos imigrantes japoneses, foi sepultado em Promissão e, por isso, para relembrar a história, inúmeros descendentes japoneses visitam a cidade, em manifestação de respeito e reconhecimento. Promissão tem muitas igrejas históricas também, como a Igreja do Bom Jesus, a Igreja da cabeceira dos Patos (ligada à imigração italiana), a Igreja do Bairro Bom Sucesso, Igreja do distrito de Santa Maria do Gurupá e Igreja Cristo Rei do Gonzaga, no bairro do Gonzaga, que foi construída pela colônia japonesa no início da imigração. Nesta igreja, esporadicamente, são realizadas missas entre sacerdotes brasileiros e japoneses.

Para quem gosta de curtir a natureza, o município conta com cachoeiras na região do distrito de Santa Maria do Gurupá. Para ter acesso é preciso ir a 20 quilômetros da cidade e andar outros 6 quilômetros em uma estrada de terra. É uma verdadeira aventura!

Garanta sua estadia!

Os associados e seus familiares têm as Colônias de Férias à disposição para reservas em dias de semana e fora de temporada, desde que sejam efetuadas com até uma semana de antecedência e se houver vagas remanescentes.

Em alta temporada é necessário participar do sorteio entre associados, dada a grande procura por ambas as Colônias. Entre em contato com a secretaria do SIPESP e saiba como garantir sua vaga pelo telefone (11) 3326-8308.